

Levantamento amplo sobre benefícios mostra ao governo onde cortar

por Livia Ferrari
do Rio

A Secretaria da Receita Federal, por determinação do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está fazendo um levantamento detalhado de todos os incentivos, benefícios e subsídios fiscais existentes hoje na economia e que poderão ser sujeitos a reduções ou eliminação no sentido de aumentar as receitas da União e contribuir para a redução do déficit público em até 2% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme meta fixada pelo governo federal para o exercício de 1989.

A informação foi dada pelo titular da secretaria, Reinaldo Mustafa, que esteve ontem no Rio, na solenidade de inauguração da Primeira Inspeção da Receita Federal de Remessas Postais Internacionais. Segundo Mustafa, "a Secretaria está estudando a possibilidade de compatibilizar a 'operação desmonte' com aumentos de arrecadação, que poderão ocorrer via ampliação do combate à sonegação de impostos, aperfeiçoamento da máquina administrativa e medidas de natureza tributária". Esses estudos, logo que concluídos, serão submetidos aos ministros da área econômica e correm em paralelo ao pacote tributário a ser definido nos próximos dias.

A secretaria, segundo informou ainda Mustafa, está ultimando seus estudos para reformulação do Imposto de Renda das pessoas físicas, procurando atingir a meta de reduzir o total de 8,1 milhões de contribuintes que fazem declaração de renda para apenas 3,2 milhões. Os 4,9 milhões de contribuintes restantes teriam apenas descontos na fonte, o que, segundo Mustafa, implicará a elimina-

ção de uma série de isenções e abatimentos hoje em vigor.

O titular da Secretaria da Receita Federal garantiu, contudo, que a reformulação no Imposto de Renda das pessoas físicas não acarretará aumento no tributo pago pelos assalariados, com renda decorrente do trabalho. Mas assinalou que os contribuintes com renda mensal de CZ\$ 1,5 milhão deverão ter um aumento de 10% sobre o valor do imposto de renda pago até então. Mustafa acrescentou ainda que o imposto das pessoas jurídicas não sofrerá grandes alterações e "será apenas uma adaptação às reformulações impostas ao imposto das pessoas físicas".

Mustafa disse que, até o momento, o governo não pensa na possibilidade de tributação sobre os ganhos provenientes do mercado de ações. Mas informou que, já a partir de setembro, as taxações sobre os rendimentos das contas bancárias remuneradas terão alíquota elevada de 6% para 7%, igualando-se, assim, à tributação sobre os ganhos do "overnight".

Quanto à tributação da caderneta de poupança, o secretário disse que a medida deverá atingir um universo de 7% dos poupadores, cujos rendimentos de juros extrapolam 60 Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) ao mês. Sobre esses poupadores, o projeto de reformulação tributária prevê uma alíquota de Imposto de Renda de 10%. Já os poupadores com rendimento acima de 200 OTN terão alíquota de 25%. Mustafa garante que os investidores em caderneta de poupança com saldo médio mensal abaixo de CZ\$ 200 mil, "que corresponde a 93% do total de poupadores", não serão afetados pela medida.